



**PROVA DO PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA ADMISSÃO AO CURSO
DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS/CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA (CHO/CSTGSP) – ÁREA DE DEFESA
SOCIAL PARA O ANO DE 2014.**

CHO/CSTGSP/2014 - ADMINISTRATIVO

(Edital DRH/CRS nº 10/2013, de 04 de novembro de 2013)

Língua Portuguesa e Conhecimentos Profissionais

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

DATA: 04/01/2014

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 5 (cinco) pontos cada e valor total de 200 (duzentos) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 3 (três) horas incluindo o preenchimento da folha de respostas e para a prova de redação será de 4 (quatro) horas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Verifique se a prova é a corresponde ao seu quadro e categoria.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida. O caderno de prova será recolhido.

LÍNGUA PORTUGUESA

O Homem Nu

Fernando Sabino

Ao acordar, disse para a mulher:

— Escuta, minha filha: hoje é dia de pagar a prestação da televisão, vem aí o sujeito com a conta, na certa. Mas acontece que ontem eu não trouxe dinheiro da cidade, estou a nenhum.

— Explique isso ao homem — ponderou a mulher.

— Não gosto dessas coisas. Dá um ar de vigarice, gosto de cumprir rigorosamente as minhas obrigações. Escuta: quando ele vier a gente fica quieto aqui dentro, não faz barulho, para ele pensar que não tem ninguém. Deixa ele bater até cansar — amanhã eu pago.

Pouco depois, tendo despido o pijama, dirigiu-se ao banheiro para tomar um banho, mas a mulher já se trancara lá dentro. Enquanto esperava, resolveu fazer um café. Pôs a água a ferver e abriu a porta de serviço para apanhar o pão. Como estivesse completamente nu, olhou com cautela para um lado e para outro antes de arriscar-se a dar dois passos até o embrulhinho deixado pelo padeiro sobre o mármore do parapeito. Ainda era muito cedo, não poderia aparecer ninguém. Mal seus dedos, porém, tocavam o pão, a porta atrás de si fechou-se com estrondo, impulsionada pelo vento.

Aterrorizado, precipitou-se até a campainha e, depois de tocá-la, ficou à espera, olhando ansiosamente ao redor. Ouviu lá dentro o ruído da água do chuveiro interromper-se de súbito, mas ninguém veio abrir. Na certa a mulher pensava que já era o sujeito da televisão. Bateu com o nó dos dedos:

— Maria! Abre aí, Maria. Sou eu — chamou, em voz baixa.

Quanto mais batia, mais silêncio fazia lá dentro.

Enquanto isso, ouvia lá embaixo a porta do elevador fechar-se, viu o ponteiro subir lentamente os andares... Desta vez, era o homem da televisão!

Não era. Refugiado no lanço da escada entre os andares, esperou que o elevador passasse, e voltou para a porta de seu apartamento, sempre a segurar nas mãos nervosas o embrulho de pão:

— Maria, por favor! Sou eu!

Desta vez não teve tempo de insistir: ouviu passos na escada, lentos, regulares, vindos lá de baixo... Tomado de pânico, olhou ao redor, fazendo uma pirueta, e assim despido, embrulho na mão, parecia executar um ballet grotesco e mal ensaiado. Os passos na escada se aproximavam, e ele sem onde se esconder. Correu para o elevador, apertou o botão. Foi o tempo de abrir a porta e entrar, e a empregada passava, vagarosa, encetando a subida de mais um lanço de escada. Ele respirou aliviado, enxugando o suor da testa com o embrulho do pão.

Mas eis que a porta interna do elevador se fecha e ele começa a descer.

— Ah, isso é que não! — fez o homem nu, sobressaltado.

E agora? Alguém lá embaixo abriria a porta do elevador e daria com ele ali, em pêlo, podia mesmo ser algum vizinho conhecido... Percebeu, desorientado, que estava sendo levado cada vez para mais longe de seu apartamento, começava a viver um verdadeiro pesadelo de Kafka, instaurava-se naquele momento o mais autêntico e desvairado Regime do Terror!

— Isso é que não — repetiu, furioso.

Agarrou-se à porta do elevador e abriu-a com força entre os andares, obrigando-o a parar. Respirou fundo, fechando os olhos, para ter a momentânea ilusão de que sonhava. Depois experimentou apertar o botão do seu andar. Lá embaixo continuavam a chamar o elevador. Antes de mais nada: "Emergência: parar". Muito bem. E agora? Iria subir ou descer? Com cautela desligou a parada de emergência, largou a porta, enquanto insistia em fazer o elevador subir. O elevador subiu.

— Maria! Abre esta porta! — gritava, desta vez esmurrando a porta, já sem nenhuma cautela. Ouviu que outra porta se abria atrás de si.

Voltou-se, acuado, apoiando o traseiro no batente e tentando inutilmente cobrir-se com o embrulho de pão. Era a velha do apartamento vizinho:

— Bom dia, minha senhora — disse ele, confuso. — Imagine que eu...

A velha, estarecida, atirou os braços para cima, soltou um grito:

— Valha-me Deus! O padeiro está nu!

E correu ao telefone para chamar a radiopatrulha:

— Tem um homem pelado aqui na porta!

Outros vizinhos, ouvindo a gritaria, vieram ver o que se passava:

— É um tarado!

— Olha, que horror!

— Não olha não! Já pra dentro, minha filha!

Maria, a esposa do infeliz, abriu finalmente a porta para ver o que era. Ele entrou como um foguete e vestiu-se precipitadamente, sem nem se lembrar do banho. Poucos minutos depois, restabelecida a calma lá fora, bateram na porta.

— Deve ser a polícia — disse ele, ainda ofegante, indo abrir.

Não era: era o cobrador da televisão.

Este texto foi extraído da página 65 da seguinte obra:

SABINO, Fernando. O homem nu. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, c1960. 231p.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

1ª QUESTÃO – Sobre o narrador é CORRETO afirmar que:

- A.() O narrador apresenta os fatos a partir do ponto de vista de um observador que não participa da história narrada.
- B.() O narrador apresenta os fatos a partir do ponto de vista da personagem *Maria* e participa da história narrada.
- C.() O narrador apresenta os fatos a partir do ponto de vista do *homem nu* e participa da história narrada.
- D.() O narrador apresenta os fatos a partir do ponto de vista da *vizinha velha* e participa da história narrada.

2ª QUESTÃO – Considerando o início da narrativa com a construção “Ao acordar, disse para a mulher” e a própria dinâmica dos acontecimentos presentes no texto. Marque a alternativa CORRETA em relação ao despertar do protagonista:

- A.() Acordou despreocupado com o cobrador e ao longo da narrativa, não teve a sua situação agravada pelos demais acontecimentos e não demonstrou que estava também nervoso, aterrorizado e tomado de pânico.

- B.() Acordou despreocupado com o cobrador e ao longo da narrativa, não teve a sua situação agravada pelos demais acontecimentos, ficando também nervoso, aterrorizado e tomado de pânico.
- C.() Acordou preocupado com o cobrador e ao longo da narrativa, teve a sua situação agravada pelos demais acontecimentos e não demonstrou que estava também nervoso, aterrorizado e tomado de pânico.
- D.() Acordou preocupado com o cobrador e ao longo da narrativa, teve a sua situação agravada pelos demais acontecimentos, ficando também nervoso, aterrorizado e tomado de pânico.

3ª QUESTÃO – Nas assertivas abaixo, marque “V” se for verdadeira ou “F” se for falsa e, em seguida, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- () O plano do protagonista era de se passar por ausente e pagar a sua dívida no dia seguinte.
- () O que motivou o protagonista a se despir não foi a intenção de tomar banho.
- () A razão de o protagonista sair do apartamento nu relaciona-se à necessidade de recolher o pão deixado pelo padeiro.
- () A porta do apartamento que se fechou após a saída do protagonista não foi impulsionada pelo vento.

- A.() F, V, V, F.
- B.() F, V, F, V.
- C.() V, F, F, V.
- D.() V, F, V, F.

4ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA que corresponda a primeira pessoa a ser vista pelo protagonista no exterior do apartamento após o fechamento da porta:

- A.() A vizinha velha.
- B.() O porteiro.
- C.() O padeiro.
- D.() A esposa.

5ª QUESTÃO – Sobre o trecho, “... começava a viver um verdadeiro pesadelo de Kafka” é CORRETO afirmar que:

- A.() Trata-se de uma referência ao estilo presente nas obras do escritor alemão Frans Kafka.
- B.() Trata-se de uma referência ao estilo presente nas obras do pintor alemão Frans Kafka.
- C.() Trata-se de uma referência ao estilo presente nos trabalhos do arquiteto alemão Frans Kafka.
- D.() Trata-se de uma referência ao estilo presente nos trabalhos do paisagista alemão Frans Kafka.

6ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA que corresponda ao desfecho da narrativa:

- A.() O protagonista ao atender a porta, não acreditava se tratar da polícia e já não considerava a possibilidade da presença do cobrador.
- B.() O protagonista ao atender a porta, não acreditava se tratar da polícia, pois, ainda considerava a possibilidade da presença do cobrador.
- C.() O protagonista ao atender a porta, acreditava se tratar da polícia, pois, já não considerava a possibilidade da presença do cobrador.
- D.() O protagonista ao atender a porta, acreditava se tratar do cobrador e também da polícia, pois, considerava a possibilidade da presença de ambos.

GRAMÁTICA

7ª QUESTÃO – Leia as orações abaixo e marque a alternativa cuja palavra sublinhada possui a função de substantivo.

- A.() Nunca deixe de cumprir com suas obrigações, porque essa é a chave para o sucesso.
- B.() Às vezes tomamos decisões que nem mesmo sabemos o porquê.
- C.() Por que não avançar na defesa dos direitos do consumidor?
- D.() Se você acredita no sucesso da empreitada, desistir por quê?

8ª QUESTÃO – Marque a alternativa em que a conjunção QUE funciona como concessiva.

- A.() Venham os obstáculos que não desistirei.
- B.() A aprovação de quem estuda é mais certa que a aprovação daqueles que brincam.
- C.() Preciso preparar-me para a prova do CHO, um pouco que seja.
- D.() Tanto estudou que foi aprovado.

9ª QUESTÃO – Quanto à concordância dos pronomes de tratamento, marque a alternativa CORRETA:

- A.() Senhor Presidente, Vossa Excelência estais adiantada para o pronunciamento.
- B.() Excelentíssimo Sr. Vereador, sois muito bem conceituado nessa comunidade.
- C.() Senhor Presidente, Vossa Excelência está adiantada para o pronunciamento.
- D.() Excelentíssimo Sr. Vereador, és muito bem conceituado nessa comunidade.

10ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA, cuja palavra apresentada possui sentido polissêmico:

- A.() Mangueira.
- B.() Suscitar.
- C.() Diáfano.
- D.() Monólogo.

11ª QUESTÃO – Nas assertivas abaixo, marque a alternativa cuja sequência de palavras se encontra grafada da forma CORRETA:

- A.() Obsessão, ascensão, ascepsia, assensorista.
- B.() Obsesção, assensão, assepsia, ascensorista.
- C.() Obsessão, ascensão, assepsia, ascensorista.
- D.() Obsesção, ascensão, assepsia, assensorista.

12ª QUESTÃO – Leia as frases abaixo, em seguida, marque a alternativa CORRETA que corresponda à sequência de figuras de linguagens que se refere às palavras em destaque:

- I. Maria Cândida tem **olhos de violeta**.
- II. A equipe do cruzeiro venceu, mas foi uma **amarga** vitória.
- III. Pedro trazia no rosto a **velhice** estampada.
- IV. Hitler foi cruel **como um monstro**.
- V. O governo acredita que até 2016, o **ouro negro** irá jorrar no pré-sal.

- A.() I – metonímia; II – metáfora; III – comparação; IV - metonímia; V – perífrase.
- B.() I – comparação; II – metáfora; III – metonímia; IV - perífrase; V – metonímia.
- C.() I – metáfora; II – metáfora; III – metonímia; IV - comparação; V – perífrase.
- D.() I – metáfora; II – metáfora; III – metonímia; IV - comparação; V – metonímia.

13ª QUESTÃO – Quanto à concordância da palavra **anexo**, marque a alternativa CORRETA:

- A.() De acordo com o edital, as comprovações dos cursos realizados seguirão em anexa aos demais documentos da inscrição.
- B.() De acordo com o edital, as comprovações dos cursos realizados seguirão anexos aos demais documentos da inscrição.
- C.() De acordo com o edital, as comprovações dos cursos realizados seguirão anexados aos demais documentos da inscrição.
- D.() De acordo com o edital, as comprovações dos cursos realizados seguirão anexas aos demais documentos da inscrição.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

14ª QUESTÃO – Sobre o Poder Judiciário, de acordo com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, tem-se que:

I – Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, em colegiado (Conselho de Justiça), os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares.

II – A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.

III – Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

IV – A competência dos tribunais dos estados será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

Marque a alternativa CORRETA:

A. () As assertivas II, III e IV são verdadeiras.

B. () As assertivas I, II e III são verdadeiras.

C. () As assertivas II e III são verdadeiras.

D. () As assertivas I e III são verdadeiras.

15ª QUESTÃO – Sobre o Decreto-Lei nº 1.002, de 21/10/69, denominado Código de Processo Penal Militar, tem-se as seguintes assertivas:

I – O inquérito será encerrado com minucioso relatório, em que o seu encarregado mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso. Em conclusão, dirá se há infração disciplinar a punir ou indício de crime, pronunciando-se, neste último caso, justificadamente, sobre a conveniência da prisão preventiva do indiciado, nos termos legais.

II – No caso de prisão em flagrante de crime militar, dentro em vinte e quatro horas após a prisão, será dada ao preso nota de culpa assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

III – Um das competências da Polícia judiciária militar consiste em apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.

IV – O inquérito policial militar pode ser iniciado mediante ordem escrita e fundamentada do Juiz de Direito do Juízo Militar.

V – O inquérito deverá terminar dentro em trinta dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta e cinco dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

Sobre as assertivas acima, marque a alternativa CORRETA:

- A. () As assertivas III, IV e V são falsas.
- B. () As assertivas IV e V são falsas.
- C. () As assertivas I e IV são falsas.
- D. () As assertivas II e V são falsas.

16ª QUESTÃO – De acordo com o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, referente aos direitos de transporte, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo somente ocorrerá nos prédios das rodoviárias municipais.
- B. () É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.
- C. () Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada, independente de qualquer outra previsão legal, a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- D. () Não há previsão, no sistema de transporte coletivo interestadual, de reserva de vagas gratuitas por veículo para idosos.

17ª QUESTÃO – Sobre a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que “Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências”, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 21 (vinte e um) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade constitui crime de Omissão de Cautela.
- B. () Somente constitui crime o porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, enquanto a posse de arma de fogo de uso restrito é uma infração administrativa.
- C. () Constitui crime de Tráfico Internacional de Arma de Fogo importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente.
- D. () Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, mesmo quando não esteja em serviço.

18ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. Marque a alternativa CORRETA:

- A. () A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.

- B. () As informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 50 (cinquenta) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
- C. () Aquele que obtiver acesso às informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem será responsabilizado por seu uso indevido.
- D. () Não se permite, em nenhuma hipótese, o acesso as informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, mesmo com o consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

19ª QUESTÃO – De acordo com a Lei Estadual nº 14.310/2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa INCORRETA, no que se refere ao julgamento da transgressão disciplinar:

- A. () No julgamento da transgressão, serão apuradas as causas que a justifiquem e as circunstâncias que a atenuem ou agravem.
- B. () Constitui circunstância agravante o conluio de três ou mais pessoas.
- C. () Constitui causa de justificação evitar mal maior, dano ao serviço ou à ordem pública.
- D. () Constitui circunstância agravante o cometimento da transgressão estando fardado e em público.

20ª QUESTÃO – O Decreto Estadual nº 42.843/2002 regulamenta a concessão de recompensas, o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade e dá outras providências. São apresentadas abaixo algumas assertivas sobre o disposto na referida norma:

- I – A recompensa concedida por uma autoridade poderá ser ampliada, restringida ou anulada por autoridade superior, que motivará seu ato.
- II – O militar poderá compor até 03 (três) conselhos simultaneamente, desde que adequada a sua jornada de serviço.
- III – Na análise a ser levada a efeito pelo CEDMU deverão ser observados somente os aspectos relacionados aos fundamentos legais, com vistas a propiciar uma decisão equânime e justa por parte do Comandante, Diretor ou Chefe da unidade.
- IV - Compete ao CEDMU assessorar o Comandante, Diretor ou Chefe de Unidade nos assuntos de natureza disciplinar, recompensas e recursos disciplinares, analisando e emitindo parecer motivado sobre a documentação que lhe for encaminhada.

Sobre as assertivas acima, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Apenas as assertivas I e IV são corretas.
- B. () Apenas as assertivas II e IV são corretas.
- C. () Apenas as assertivas I e III são corretas.
- D. () Apenas as assertivas II e III são corretas.

21ª QUESTÃO – A Instrução nº 3.03.07/10 regula a atuação da Base Comunitária e Base Comunitária Móvel na PMMG. Marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Constitui missão eventual da Base Comunitária assistir às vítimas de qualquer natureza.
- B. () A Base Comunitária não precisa desenvolver policiamento ostensivo preventivo, já que tal missão é conferida às patrulhas responsáveis pelos setor.
- C. () A missão geral da Base Comunitária é a de executar policiamento ostensivo geral de forma personalizada, conforme necessidade de cada localidade, utilizando a BC para identificar, analisar, avaliar e responder aos problemas contemporâneos de segurança pública e melhorar a qualidade de vida da comunidade local.
- D. () A Base Comunitária é um serviço policial preventivo prestado por uma equipe de policiais militares para aplicação do Policiamento Orientado para o Problema (POP), com o apoio da comunidade.

22ª QUESTÃO – A Instrução nº 3.03.09/11-CG, que regula o emprego operacional da PMMG no ambiente escolar, tem por objetivo geral estabelecer parâmetros de atuação da Polícia Militar de Minas Gerais, de natureza preventiva e de restauração da ordem e tranquilidade, que envolvam o ambiente escolar. Marque, das alternativas abaixo, aquela que não contém um objetivo específico da referida instrução:

- A. () Promover a inserção do menor em programas de primeiro emprego, contando com o apoio da comunidade local.
- B. () Difundir a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente.
- C. () Estabelecer uma doutrina e parâmetros para a instituição do CONSEP ESCOLAR no Estado de Minas Gerais.
- D. () Estabelecer parâmetros para avaliação dos resultados das atividades de intervenção desempenhadas pela Polícia Militar no ambiente escolar.

23ª QUESTÃO – De acordo com os dispositivos da Instrução de Corregedoria nº 05/2012, que estabelece medidas administrativas aplicáveis em face de infrações penais praticadas por militares estaduais da PMMG, marque a alternativa INCORRETA sobre a providência adotada no caso de autoria indefinida, colateral ou desconhecida:

- A. () Todas as alterações ocorridas no local do crime, em decorrência de medidas essenciais, deverão ser consignadas no histórico do Boletim de Ocorrência.
- B. () Ocorrendo autoria desconhecida, que é aquela que não se faz ideia de quem teria causado ou mesmo tentado praticar a infração penal militar, instaurar-se-á IPM, pois, não há definição de autoria.
- C. () Não caracterizando os elementos para a lavratura do APF ou do Auto de Apresentação de Militar Conduzido, mas persistindo indícios da prática de crime militar, instaurar-se-á IPM para apurar os fatos.
- D. () Na autoria indefinida ou indeterminada, quando não se consegue determinar qual dos militares que, agindo em concurso de agentes cometeu o crime, havendo ou não indícios da prática de crime militar, os militares devem ser liberados, devendo ser instaurado o competente IPM.

24ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta nº 4.220, de 28/06/12, que criou o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais – MAPPA, marque a alternativa CORRETA sobre os prazos concedidos para elaboração dos processos e procedimentos administrativos:

- A. () A contagem do prazo para elaboração da SAD inicia-se no primeiro dia útil seguinte a da confecção da portaria pela autoridade administrativa (Comandante, Diretor ou Chefe).
- B. () O prazo para elaboração do Processo de Comunicação Disciplinar será de 20 (vinte) dias corridos.
- C. () O prazo de prorrogação para elaboração da SAD é de 10 (dez) dias úteis.
- D. () Excepcionalmente, dependendo da urgência e conveniência administrativa, a autoridade competente poderá estipular prazo inferior a 15 (quinze) dias corridos para elaboração do Relatório de Investigação Preliminar (RIP), desde que seja igual ou superior a 05 (cinco) dias corridos.

25ª QUESTÃO – A Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD será encerrada com um minucioso relatório. Conforme dispositivos da Resolução Conjunta nº 4.220, de 28/06/12, que criou o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais – MAPPA, marque a alternativa CORRETA, sobre a elaboração do Relatório da SAD:

- A. () O sindicante deverá considerar, formalmente, todos os pontos abordados pela defesa, concordando ou discordando, motivadamente, de cada um deles, agrupados ou individualmente.
- B. () É conduta regular a reprodução parcial ou integral de termos de declarações e depoimentos no texto do relatório, de forma contínua e repetitiva.
- C. () O sindicante mencionará somente as pessoas ouvidas e os resultados obtidos.
- D. () Não há necessidade de conclusão sobre a existência ou não de transgressão disciplinar ou eventual ilícito, visto que tal tarefa compete exclusivamente ao Comandante da Unidade onde foi instaurada a SAD.

26ª QUESTÃO – A Instrução nº 3.03.06/12-CG regula a criação e emprego do Grupo Especial para Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco e atuação da Polícia Militar de Minas Gerais em eventos de Defesa Social envolvendo crianças e adolescentes. Sobre as recomendações gerais para ocorrências com crianças e adolescentes autores de ato infracional, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido, em princípio, em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.
- B. () É defeso a busca pessoal à criança e ao adolescente, durante o período noturno, se desacompanhado dos pais ou do responsável legal.
- C. () Em casos extremos, em que o adolescente apresentar séria ameaça à integridade física dos policiais, devido a sua compleição física avantajada, com atitudes violentas em resistência à ação policial, e com histórico de atos

infracionais violentos, poderá ser admitido o uso de algema e condução em compartimento fechado de veículo policial, visando até mesmo a segurança do adolescente. No REDS, deverá ser constado e justificado esse procedimento, inclusive devendo ser arrolada testemunha.

- D. () O policial responsável pela condução do infrator deverá observar o princípio da inviolabilidade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, que proíbe a exposição vexatória de sua imagem e de sua identidade.

27ª QUESTÃO – A Resolução nº 4.251/2013, que dispõe sobre a Jornada de Trabalho na PMMG e dá outras providências, alterada pela Resolução nº 4.276/2013, estabelece conceitos alusivos à Jornada de Trabalho Operacional. Marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Ciclo é o conjunto sequencial de dias de empenho e de folga do militar, podendo ser nos 1º, 2º, 3º e 4º turnos no policiamento a pé, montado, motorizado ou em bicicleta.
- B. () Jornada é o período de tempo compreendido nas 24 horas do dia em que o militar é empenhado em atividades operacionais específicas.
- C. () Folga é o espaço de tempo, entre duas jornadas consecutivas, destinado à recomposição orgânica do militar.
- D. () Período é o conjunto de ciclos sucessivos em que a folga do militar percorre todos os dias da semana ou incide em determinados dias.

28ª QUESTÃO – A Instrução nº 3.03.10/13-CG, de 23 de setembro de 2013, regula o emprego da Polícia Militar com vistas à prevenção e repressão aos crimes de homicídio no Estado de Minas Gerais. Na instrução está previsto que a Intervenção universal é o conjunto de programas ou serviços destinados à população geral, com o fim de melhorar o atendimento à comunidade e inibir o surgimento de fatores de risco. Marque a alternativa que NÃO contém programa ou serviço desenvolvido pela Polícia Militar, de acordo com a Instrução nº 3.03.10/13-CG:

- A. () Distribuição de panfletos contendo dicas PM.
- B. () Execução com qualidade das operações policiais.
- C. () Fomento à criação das Guardas Municipais Patrimoniais nos municípios mineiros.
- D. () Ampliação das atividades do PROERD.

29ª QUESTÃO – Preconiza o Manual Técnico-Profissional 3.04.01 (Caderno Doutrinário 1, 2ª Edição Revisada de 2013), em sua Seção 7, que o Uso da Força pelos policiais militares deve ser norteado pelo cumprimento da lei, manutenção da ordem, preservação da vida e da integridade física das pessoas envolvidas em uma intervenção policial militar e, ainda, pelos chamados “**princípios essenciais**”. Entre estes princípios figura a **proporcionalidade**, ao qual faz a seguinte referência textual, o Caderno Doutrinário 01 em sua edição 2013:

- A. () “O nível de força utilizado pelo policial militar deve ser compatível, ao mesmo tempo, com a gravidade da ameaça representada pela ação do infrator real, potencial ou circunstancial, e, também, com o objetivo legal e moral pretendido, o que configura proporção legítima e conveniência legal entre ação policial e ação do infrator”.

- B. () “Um determinado nível de força ou esforço alternativo legal (EAL) só pode ser empregado quando outros de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais e morais pretendidos. Contudo, sendo necessário utilizar imediatamente um nível de força mais elevado, o policial militar não precisa percorrer os demais níveis”.
- C. () “O uso de força num nível mais elevado é considerado devidamente proporcional quando, após tentar outros meios (negociação, persuasão, contenção, técnicas não letais, uso de IMPO, cavalaria e cães, entre outros) para solucionar o problema, torna-se o último e derradeiro recurso a ser utilizado pelo policial militar”.
- D. () “O princípio da proporcionalidade não exclui o princípio da supremacia de força que deverá imperar sempre que possível, nas ações ou operações policiais militares. A força é parte da natureza institucional da Polícia Militar de Minas Gerais”.

30ª QUESTÃO – A formação básica de uma Patrulha PM, segundo o Manual Técnico-Profissional 3.04.02/2013 (Caderno Doutrinário 2, 2ª Edição Revisada, 2013) é a seguinte:

- A. () Composta de seis policiais militares. As funções são: Ponta de vanguarda 1 (primeiro homem a incursionar; tem a função de verbalizar), Ponta de vanguarda 2 (segundo homem a incursionar; possui a função de verbalizar e dar segurança ao ponta 1), Comandante (coordena a equipe), Ala/equipamento (operador de fuzil - tem a função de monitorar as partes altas como janelas, lajes, etc.; acumula ainda a função de proteger as laterais da patrulha e efetuar buscas pessoal e transportar rádio, bornais, escudos, kits 1º socorros, etc.), Retaguarda 2 (tem função de verbalizar e dar cobertura ao Retaguarda 1) e Retaguarda 1 (tem missão de verbalizar e dar segurança à retaguarda da equipe).
- B. () Composta de sete policiais militares, tem como funções os militares: Policial número 1 (primeiro militar a incursionar e único a iniciar verbalização), Policial número 2 (segundo homem a incursionar; tem a missão de proporcionar segurança ao policial número 1 e ao Policial número 3), Policial número 3 (terceiro homem a incursionar no teatro de operações, fornece apoio direto ao Comandante e é quem portará HT para comunicação cumprindo ordens do Comandante; atua ainda como Subcomandante da Patrulha), Comandante ou Policial número 4 (Coordena a equipe e ordena todas ações), Policial número 5 (Operador de equipamentos especiais); Policial número 6 (penúltimo militar a incursionar; é o responsável por efetuar busca pessoal em suspeitos); Policial número 7 (tem o dever de proporcionar segurança à retaguarda da equipe; deve portar granadas lacrimogêneas para dispersão).
- C. () Composta de seis policiais militares, possui as seguintes funções: Vanguarda 1 (primeiro policial a introduzir verbalização; deve portar fuzil em pronto emprego); Vanguarda 2 (segundo policial a incursionar no teatro de operações; tem a função de verbalização em apoio à Patrulha); Ponta de Ala 1 (operador de equipamentos como escudo ou outro exigido pela missão; é o responsável pela segurança das laterais da patrulha); Policial Comandante (tem a missão de conduzir a equipe no cumprimento do objetivo), Ponta de Ala 2 (tem a função de dar cobertura ao Comandante e cobrir flancos) e Retaguarda ou Serra-Fila (possui missão de promover segurança à retaguarda da equipe e conduzir presos/feridos).

- D. () Composta de sete policiais militares, as funções são: S 1 (primeiro homem a incursionar; tem a missão de verbalizar); S 2 (segundo homem a incursionar; é o auxiliar de Verbalização e tem por missão oferecer segurança ao S 1); Comandante (coordenador da Patrulha); R 1 (responsável pelo Recobrimento do grupo que incursiona; é o operador de fuzil e monitora uma das laterais da patrulha); R 2 (é o militar responsável pelo recobrimento do grupo que incursiona quanto flanco contrário do R 1; deve ser operador capacitado de fuzil); R 3 (militar que tem como missão proceder buscas pessoais e condução de presos); Retaguarda ou R 4 (militar que possui missão de promover segurança à retaguarda da equipe).

31ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. São fatores que podem interferir na organização e atuação de uma Patrulha Policial Militar segundo o Manual Técnico-Profissional 3.04.02/2013 (Caderno Doutrinário 2, 2ª Edição Revisada, Edição 2013):

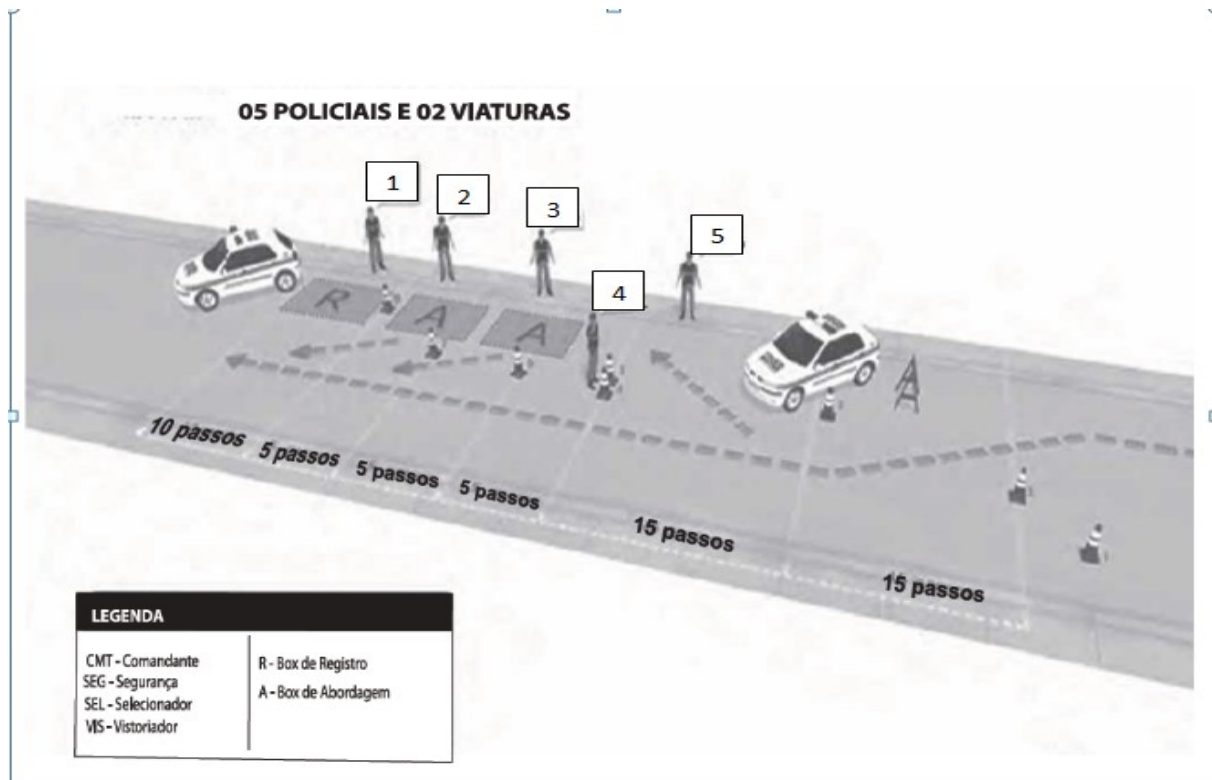
- A. () Segurança; - Surpresa; - Rapidez; - Ação Vigorosa; - Unidade de Comando.
 B. () Segurança; - Objetivo da ação; - Formações; - Disciplina de luz e som; - Possibilidades de contato; - Velocidade de deslocamento; - Manutenção da integridade tática; - Condições do terreno - Sigilo das operações.
 C. () Natureza da Missão; - Tática e técnica de combate ou resgate/evacuação empregada; - Natureza do ambiente de atuação; - Disposição de equipamentos e armamentos; - Condicionamento físico e Moral de tropa; - Espírito combativo e preparo mental.
 D. () Objetivo da Patrulha (OP); - Capacidade de Comando e Liderança (CCL); - Formações táticas (FT); - Disciplina de luz e som (DLS); - Possibilidades de confronto real (PCR); - Segurança e Surpresa (SS); - Velocidade de ação (VA); - natureza do ambiente de atuação (NAdA).

32ª QUESTÃO – A Súmula Vinculante nº 11, publicada em 22 de agosto de 2008, conforme destaca o Manual Técnico-Profissional 3.04.02/2013 (Caderno Doutrinário 2, 2ª Edição Revisada, 2013), estabelece condições específicas para tornar lícito o uso de algemas em pessoas detidas/presas. Assim, registra a Súmula, conforme transcrição do Manual, que apenas é “lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.” (MINAS GERAIS. Polícia Militar. Tática Policial, Abordagem a Pessoas e tratamento às Vítimas - Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2013, p. 92).

Consoante estes parâmetros e disposto no referido Manual Técnico-Profissional 3.04.02/2013, ao empregar algemas é indispensável que o policial militar justifique tal medida por escrito no Boletim de Ocorrência (BO/REDS), sob pena de responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa. Esta formalização escrita dos motivos que ensejaram a algemação do conduzido por parte do policial militar decorrerá, portanto, de três situações específicas segundo o Manual Técnico-Profissional 3.04.02/2013:

- A. () Resistência do preso à ação policial; - fundado receio de que o preso possa empreender fuga;- comportamento do preso que ofereça risco à integridade física do policial militar, de terceiros ou para si mesmo.
- B. () Resistência ativa e passiva do preso concomitante à ação do policial ou de algum agente público no local; - fundada suspeita de que o preso poderá atentar contra a própria vida ou de outrem ou recalcitrar e transigir nas ações policiais decorrentes; - fundada suspeita de que o preso poderá atentar contra a integridade física do policial militar condutor.
- C. () Resistência do preso à ação policial pública coatora; - fundada suspeita de que o preso planeja intentar contra a vida (própria ou de terceiros), integridade física (própria ou de terceiros) ou patrimônio público (viaturas e equipamentos policiais, por exemplo) e privado; - recalcitrância ao acatamento de ordens legais emanadas por qualquer autoridade no local.
- D. () Fundada suspeição por parte da guarnição de que o preso planeja fuga; - ameaças por parte do preso, mesmo que verbais contra a guarnição; - resistência ao acatamento de ordens legais do policial militar ou risco de intentar contra a vida ou integridade física (justificada pela sabida periculosidade pregressa, natureza da ação intentada, suspeição anato-fisionômica ou uso de drogas e álcool).

33ª QUESTÃO – A figura abaixo, constante no Manual Técnico-Profissional 3.04.03/2013 (Caderno Doutrinário 3, 2ª Edição Revisada, 2013), estabelece dispositivo operacional com cinco policiais militares e duas viaturas em caso de operação blitz policial **CATEGORIA 2**. Os militares destacados nas figuras de número 1, 2, 3, 4 e 5 exercem respectivamente as seguintes funções neste tipo de aparato policial militar:



Fonte: MINAS GERAIS. Polícia Militar de. **Blitz Policial** - Belo Horizonte:Academia de Polícia Militar, 2013, p. 36.

- A. () 1 – PM Comandante (atuará também como vistoriador); 2 – PM Vistoriador; 3 – PM Vistoriador; 4 – PM Segurança; 5 – PM Seleccionador.
- B. () 1 – PM Segurança; 2 – PM Comandante; 3 – PM Vistoriador (que atuará também como segurança); 4 – PM Seleccionador; 5 – PM Segurança (que atuará também como Seleccionador).
- C. () 1 – PM Comandante (atuará também como segurança); 2 – PM Vistoriador; 3 – PM Vistoriador; 4 – PM Seleccionador; 5 – PM Segurança.
- D. () 1 - PM Segurança (atuará também como verbalizador final a justificar a abordagem); 2 – PM Vistoriador; 3 – PM Comandante; 4 – PM Segurança; 5 – PM Seleccionador.

34ª QUESTÃO – Segundo o Manual Técnico-Profissional 3.04.04, Edição 2013, é **CORRETO** afirmar sobre o conceito de **Perseguição Policial**:

- A. () Perseguição policial ou acompanhamento tático motorizado (ATM) é uma atuação policial militar específica que consiste em surpreender veículos em fuga (deve ser emitido o “Alerta de Fuga” pelas viaturas em operação), procurando suspender a prática da evasão, em geral fruto da prática de um delito.

- B. () Trata-se de conceito em desuso (anacrônico) vez que não cabe à Polícia Militar, segundo a nova Edição do Caderno Doutrinário 4, perseguir infratores em fuga, mas promover acompanhamento tático aguardando uma oportunidade que se apresente para efetuar a abordagem devida e com o menor risco possível à população (respeitando, assim, os direitos humanos).
- C. () Perseguição policial é uma operação decorrente de “gatilhos táticos” previamente estabelecidos em nível Regional por ordem de serviço específica e que objetivam localizar e abordar infratores em fuga. Em geral envolvem mais de uma guarnição e Unidades diferentes.
- D. () Perseguição policial é a ação policial que ocorre antes ou durante uma Operação de Cerco, Bloqueio e Interceptação, que consiste em acompanhar ou seguir um suspeito de prática de delito, em fuga, com objetivo de abordá-lo, identificá-lo e, se confirmada a infração, prendê-lo.

35ª QUESTÃO – Entre as regras transcritas abaixo, estabelecidas pelo Manual Técnico-Profissional 3.04.12/2013 para a utilização de munição de impacto controlado no calibre 12, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () As munições podem ser utilizadas nos lançadores calibre 12 (AM 402 e 402T) e, em sua ausência, nas espingardas CBC de mesmo calibre.
- B. () Deve ser evitado o disparo direcionado ao solo, visto que o ricochete causará a perda do direcionamento dos projéteis, podendo atingir alvos indesejáveis.
- C. () Os disparos devem ser feitos, preferencialmente, em direção aos membros inferiores, como tórax (tronco e pernas), região de músculos vascularizados e macios, evitando-se a cabeça, por se tratar de região sensível (olhos, boca, pescoço e têmporas).
- D. () O Disparo deve ser feito a uma distância mínima de 20 metros do alvo (munições de impacto controlado) para evitar lesões graves e até letais, salvo, após avaliação de riscos, a situação exigir posicionamento contrário a esta distância sugerida.

36ª QUESTÃO – Entre as ações preliminares abaixo relacionadas (instituídas pela Diretriz 3.01.02/2011) para a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais em atividades de Reintegração de Posse (desocupação de imóveis), marque a alternativa INCORRETA:

- A. () A autoridade requisitante deverá ser informada, por escrito, que a Unidade está realizando o planejamento e, quando for o caso, que não dispõe de todos os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para o desenvolvimento da ação, dependendo de providências por parte do escalão superior.
- B. () Buscar-se-á a eficácia das atividades de polícia ostensiva e judiciária, na garantia do poder de polícia dos Oficiais de Justiça e agentes públicos diversos (ou agentes privados contratados para esta função pública), encarregados do cumprimento do Mandado de Reintegração de Posse do imóvel ocupado. De acordo com a complexidade da intervenção policial, deve-se criar uma Força-Tarefa ou Grupo Tático para levar a efeito as atividades de polícia e justiça, mormente providências de justiça criminal, defesa social ou mesmo defesa civil conforme requeira a situação local.

- C. () Para elaboração do planejamento, deve ser considerado que, quanto mais força se demonstra, menos força se emprega, isto é, a demonstração de força desestimula a resistência. Os recursos devem ser empregados com parcimônia, pois são escassos. Entretanto, subdimensionar pode implicar resistência por parte dos ocupantes, implicando graves consequências sociais.
- D. () Havendo fatores adversos, o Comandante da Unidade responsável pelo planejamento e execução da operação policial deve solicitar inspeção judicial. Após a inspeção do local, o Comandante, constatando a presença de fatores adversos, comunicará, por escrito, à autoridade judicial competente, a situação encontrada, solicitando ao magistrado a realização de inspeção judicial no local, conforme preceituam o parágrafo único do artigo 126 da Constituição Federal e os artigos 441 e 442 e seus incisos do Código de Processo Civil e disposições da Resolução nº 438/04 - TJMG (alterada pela resolução nº 620/04 – TJMG).

37ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Segundo o Manual Técnico-Profissional 3.04.12/2013, o conceito de munição química de Menor Potencial Ofensivo (MPO) é:

- A. () Munição química de MPO é aquela projetada e empregada especificamente para conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas, minimizando as possibilidades de ocorrência de mortes e ferimentos. São constituídas de substâncias que, dispersadas no ar, vaporizadas, micropulverizadas ou espargidas por processos especiais, causam efeitos psicológicos, fisiológicos ou psicofisiológicos instantâneos e não permanentes.
- B. () Munição química de MPO é aquela desenvolvida em geral para conter, enfraquecer ou incapacitar temporariamente pessoas com intenções violentas, agressivas, homiziadas ou em fuga, minimizando as possibilidades de ocorrência de mortes, ferimentos ou violações aos direitos humanos. São constituídas de substâncias que, dispersadas no ar por mecanismos de explosão, impulso elétrico ou compressão mecânica (jatos), causam efeitos psicofísicos (quânticos ou diversos) instantâneos, em geral não permanentes.
- C. () Munição química de MPO é aquela estruturada analítica e teleologicamente para deter ou inviabilizar temporariamente a capacidade de consciência e cognição de pessoas intencionadas ou tendentes ao crime ou violência, diminuindo consideravelmente (em níveis absolutos e mesmo relativos) as possibilidades de ocorrência de mortes e ferimentos. São constituídas de substâncias que, dispersadas no ar por vapores, gases ou nuvens químicas decorrentes de explosões por ignição ou petardo, causam efeitos psicofisiológicos imediatos e eventualmente permanentes (casos de estilhaços), efeitos tendentes à psicofadiga imediata, mesmo em grandes turbas.
- D. () Munição química de MPO são granadas ou cartuchos desenvolvidos para causar, por meio de vapores ou gases incapacitantes, lançados por armamentos específicos, psicofadiga química, debilitando ou incapacitando temporariamente pessoas na iminência de cometer ou no cometimento de crime/atos de violência. Podem ser utilizadas em operações diversas, mas seu fim técnico precípua é o controle de distúrbios como a contenção de turbas violentas.

38ª QUESTÃO – Segundo o Manual Técnico-Profissional 3.04.12/2013, as munições de impacto controlado e antimotim são munições constituídas, em sua maioria, por projéteis de elastômero macio (polímero que tem propriedade elástica - comumente conhecidos como “munições de borracha”), e se apresentam como alternativa estratégica para a otimização da ação policial. Estas munições tem por objetivo a dispersão de pessoa por meio da restrição física ou o controle de grupos menores, conforme o número de projéteis existentes no cartucho. Ainda segundo o mesmo Manual, as munições de impacto controlado e antimotim devem ser empregadas em:

- A. () a) operações de controle de distúrbios multitudinários (grupos de manifestantes em turbacão da ordem pública superior ao efetivo policial destacado) e de controle de insurreiões em estabelecimentos prisionais ou territórios/imóveis invadidos; b) ocorrências policiais nas quais, dentro do uso progressivo da força, seja necessário o controle com IMPO para reduzir o nível de resistência ativa e passiva ou a capacidade agressora do infrator.
- B. () a) operações policiais militares de controle de distúrbios civis (ou controle de multidões) por intermédio de “**OCD leve**” (grupos variados de manifestantes em escala de centenas de pessoas, não ultrapassando a casa do milhar); b) ocorrências policiais militares nas quais, dentro do uso escalonado de força, seja necessário o controle com IMPO para evitar altos níveis de resistência e a capacidade agressora do infrator (como rebeliões em presídios, etc); c) operações de reintegração de posse em que não esteja presente negociador PM especializado e capacitado.
- C. () a) operações policiais de controle de distúrbios (grupos reduzidos de manifestantes) e de controle de rebeliões em estabelecimentos prisionais; b) ocorrências policiais nas quais, dentro do uso diferenciado de força, seja necessário o controle com IMPO para reduzir o nível de resistência e a capacidade agressora do infrator; c) operações de reintegração de posse.
- D. () a) operações policiais especializadas de choque com uso de cães em controle e administração de rebeliões em estabelecimentos prisionais e nosocômios; b) ocorrências policiais militares especiais ou especializadas nas quais, dentro do uso progressivo de força, seja necessário o controle com IMPO ou utilização de cães (também considerado um recurso policial militar de menor potencial ofensivo) para neutralizar qualquer capacidade agressora do cidadão infrator; c) operações de reintegração de posse de imóveis urbanos ou rurais espoliados, turbados ou invadidos.

39ª QUESTÃO – A Diretriz 3.01.06/2011, que regula a aplicação da filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais, destaca que a solução de problemas pode ser parte da rotina de trabalho policial e seu emprego regular pode contribuir para a redução, ou solução dos crimes, melhorar a sensação de segurança e até mesmo diminuir a desordem física e moral, vivenciada nos bairros. Objetivando a resolução de problemas, a Diretriz apresenta um método analítico denominado “IARA”, um acróstico em que, cada frase, representa um dos passos descritos no método. São as ações representadas pelo acróstico:

- A. () 1 – Interpretação do fenômeno criminal; 2 – Análise da situação e contexto (pela PM); 3 – Reavaliação para validação (atividade conjunta PM e comunidade); 4 – Aprovação comunitária (âmbito do respectivo CONSEP).
- B. () 1 – Identificação; 2 – Análise ; 3 – Resposta; 4 – Avaliação.
- C. () 1 – Implementação de projetos para análise do fenômeno criminal; 2 – Avaliação de conjuntura; 3 – Reestruturação do policiamento; 4 – Avaliação Final.
- D. () 1 – Indicativos dos problemas locais; 2 – Análise de índices; 3 – Reavaliação de processos; 4 – Análise contínua das ações implementadas.

40ª QUESTÃO – Recomenda o Manual Técnico-Profissional 3.04.12/2013, sobre a utilização de granadas de dispersão com carga explosiva:

- A. () Caso o invólucro plástico tenha sido retirado e a granada não tenha sido utilizada, embora o pino de segurança removido, deverá ser passada fita adesiva como aquelas comumente conhecida por “durex”, “fita isolante” ou “fita crepe” ao redor da parte superior do corpo da granada e da alavanca “estopim-ogiva-de-tempo” - EOT -, visando impossibilitar que a granada seja acionada acidentalmente. Torna-se desnecessária e perigosa a recolocação do pino de segurança em virtude do risco de explosão da granada, de forma que o procedimento de neutralização do artefato com fita adesiva como acima descrito é suficiente para resolver a situação até nova utilização do armamento.
- B. () O uso dos cartuchos e projéteis não é recomendado quando o emprego das granadas é aconselhável devido à possibilidade de variação repentina do vento ou quando a distância entre os policiais militares e as pessoas a serem contidas for maior do que a capacidade humana de lançamento (manualmente), ou ainda, quando se deseja romper obstáculos, tais como: janelas e portas de vidro, o que deve ser feito preferencialmente com granadas devido ao melhor controle do lançador PM.
- C. () Posicionar-se de forma que o vento esteja, preferencialmente, em direção contrária à retaguarda das pessoas que serão atingidas pelo agente químico, de forma que a surpresa e saturação sejam pontos importantes na ação de dispersão. O artefato deverá cair a uma distância aproximada de 33 metros das pessoas a serem atingidas, a fim de não serem “devolvidas” contra os militares, formando-se, aí, a linha de infusão ou nuvem química.
- D. () Devem ser lançadas no interior ou acima da turba, quando não provocam estilhaços; – acima da cabeça das pessoas a serem dispersas, bem alto, ou nas extremidades da aglomeração, para as que provocam estilhaços, pois, se tal procedimento não for respeitado, poderá causar lesões.

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia o texto abaixo para desenvolver a redação.

Black bloc (do inglês *black*, negro; *bloc*, agrupamento de pessoas para uma ação conjunta ou propósito comum, diferentemente de *block*: bloco sólido de matéria inerte) é o nome dado a uma tática de ação direta, de corte anarquista, caracterizada pela ação de grupos de afinidade mascarados e vestidos de preto que se reúnem para protestar em manifestações de rua, utilizando-se da propaganda pela ação para desafiar o establishment e as forças da ordem. Esses grupos são estruturas efêmeras, informais, não hierárquicas e descentralizadas. Unidos, adquirem força suficiente para confrontar a polícia, bem como atacar e destruir propriedades públicas e privadas.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Black_bloc

2. Com base nas informações do texto apresentado, redija um texto **dissertativo-argumentativo** sobre o tema: **“DESAFIOS DA ATIVIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA FACE À ATUAÇÃO DO GRUPO DENOMINADO ‘BLACK BLOC’ EM MANIFESTAÇÕES PELO PAÍS”**.

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.

4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.

5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.

6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.

7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.

8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS**.

12. Será atribuída nota zero à prova dissertativa (redação):

a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;

b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;

c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;

d) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;

e) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;

f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

RASCUNHO

RASCUNHO

-----corte aqui-----

GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40